

Brasil

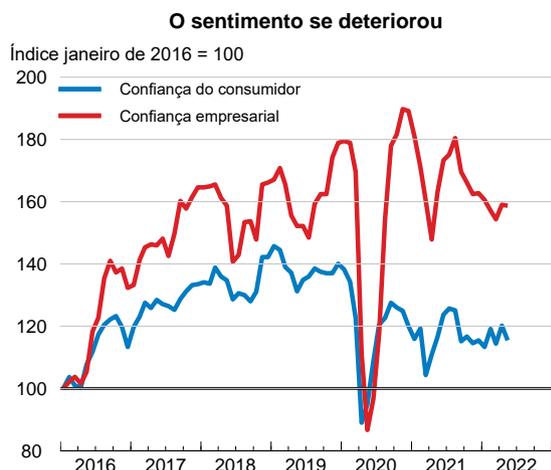
Após uma forte recuperação de 5% em 2021, espera-se que o crescimento do PIB desacelere significativamente em 2022 para 0,6% antes de subir para 1,2% em 2023. O aumento da inflação, a guerra na Ucrânia e as condições financeiras mais difíceis diminuíram os indicadores do sentimento econômico e o poder de compra, o que deve afetar fortemente a demanda doméstica no primeiro semestre de 2022. A eleição presidencial de 2022 aumenta a incerteza e é um dos fatores que mantêm um investimento moderado até 2023. A recuperação do mercado de trabalho tem sido lenta e a taxa de participação e os rendimentos reais do trabalho ainda estão abaixo dos níveis pré-pandemia.

Como a guerra na Ucrânia levou a um aumento ainda mais acentuado nos preços dos alimentos e da energia, é essencial expandir o apoio por meio de programas de proteção social bem intencionados para proteger as pessoas mais vulneráveis. São necessários esforços adicionais para melhorar o direcionamento e a eficiência do gasto público de forma que eles permaneçam consistentes com uma gestão fiscal sólida. As políticas ativas do mercado de trabalho devem ser reforçadas para facilitar a reintegração dos desempregados de longo prazo. O banco central deve continuar restringindo a política monetária se os fatores pró-inflacionários persistirem. As fontes de energia eólica e solar devem ser exploradas para complementar a energia hidrelétrica.

O sentimento econômico se deteriorou

Após uma campanha de vacinação bem-sucedida, a atividade econômica se recuperou fortemente no segundo semestre de 2021, impulsionada principalmente pelos serviços. No entanto, a alta da inflação, as condições financeiras mais difíceis e a disseminação da variante Ômicron contribuíram para uma menor confiança do consumidor e dos sentimentos de negócios no início de 2022. Em abril, a inflação atingiu quase 12% em relação ao ano anterior, seu valor mais alto em 18 anos. O aumento dos preços dos alimentos, do combustível e da energia diminuiu o poder de compra das famílias de forma significativa. As condições climáticas eram particularmente desfavoráveis até pouco tempo atrás, afetando a agricultura e a produção hidrelétrica, enquanto a escassez e o aumento dos custos de produção afetaram a produção industrial. O índice de gerentes de compras (PMI) de manufatura caiu ainda mais em abril de 2022. Embora o emprego tenha se recuperado totalmente e o desemprego esteja caindo, a participação da força de trabalho, a proporção de trabalhadores formais e os salários reais ainda estão abaixo dos níveis pré-pandemia. Os salários nominais não estavam crescendo rápido o suficiente para compensar a inflação mais alta e os salários reais caíram no início de 2022. Em fevereiro, o rendimento médio real dos trabalhadores recém-contratados caiu 1,1% em relação ao ano anterior.

Brasil 1



Fonte: CEIC; IBGE; e cálculos da OCDE.



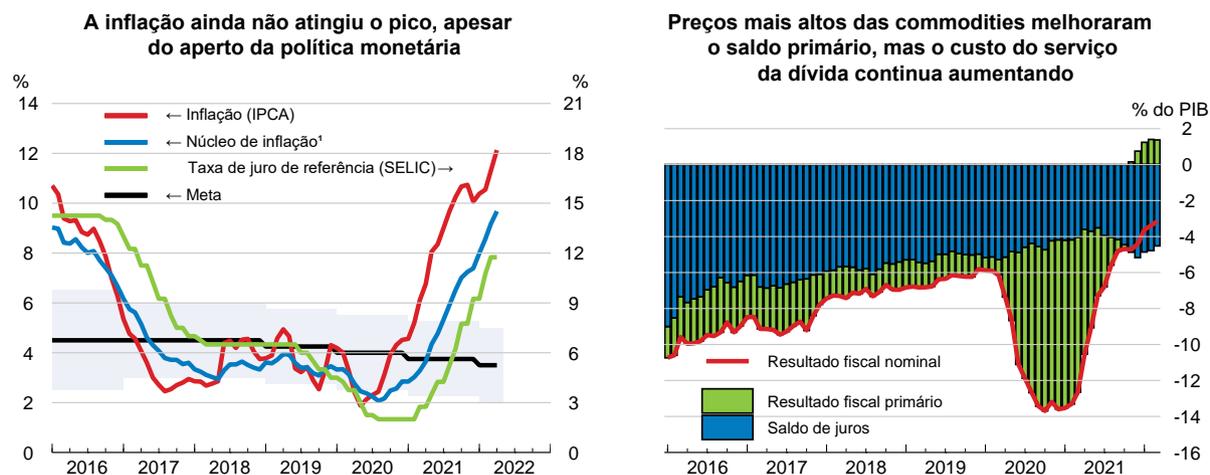
Brasil: Demanda, produção e preços

Brasil	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	Preços correntes, em BRL bilhões	Variação percentual, volume (preços de 2000)				
PIB a preços de mercado	7 004.1	1.2	-4.2	5.0	0.6	1.2
Consumo privado	4 525.8	2.6	-5.7	3.9	0.8	0.8
Consumo das administrações públicas	1 393.5	-0.5	-4.5	2.0	2.2	1.5
Formação bruta de capital fixo	1 057.4	4.0	-0.5	17.3	-0.8	1.4
Procura interna final	6 976.7	2.2	-4.7	5.7	0.8	1.1
Constituição de existências ¹	- 0.1	-0.5	-0.6	0.5	0.0	0.0
Procura interna total	6 976.6	1.6	-5.4	6.1	0.7	1.1
Exportação de bens e serviços	1 025.1	-2.5	-2.2	6.3	-1.9	2.6
Importação de bens e serviços	997.5	1.4	-10.2	12.9	-1.6	1.7
Exportações líquidas ¹	27.6	-0.6	1.2	-1.0	-0.1	0.2
<i>Por memória</i>						
Deflator do PIB	—	4.2	5.5	10.7	7.2	5.0
Índice de preços ao consumidor	—	3.7	3.2	8.3	9.7	5.3
Deflator do consumo privado	—	3.7	3.5	8.4	9.4	5.3
Saldo financeiro das administrações públicas (% do PIB)	—	-5.8	-13.6	-4.0	-6.4	-5.9
Saldo da balança corrente (% do PIB)	—	-3.5	-1.6	-1.8	-1.0	-0.9

1. Contribuição para variações no PIB real, valor atual na primeira coluna.

Fonte: Base de dados Perspectivas Económicas da OCDE, n° 111.

Brasil 2



1. O núcleo de inflação exclui energia e alimentos. A área sombreada corresponde à faixa de tolerância de inflação. Fonte: banco de dados das Perspectivas Económicas da OCDE 111; Banco Central do Brasil; e cálculos da OCDE.

A guerra na Ucrânia elevou os preços internacionais das commodities, aumentando ainda mais a inflação. Para amortecer o impacto dos preços internacionais de energia mais altos sobre residências e empresas, as taxas especiais de energia, introduzidas em setembro de 2021 durante a crise hídrica, foram retiradas mais cedo do que o esperado. O Brasil é particularmente dependente de fertilizantes importados da Rússia. Interrupções no comércio e sanções econômicas têm elevado os preços de insumos e produtos agrícolas, aumentando a inflação de alimentos. Como resposta, o governo eliminou a alíquota do imposto de importação para alguns produtos alimentícios e químicos usados na produção de fertilizantes.

A política monetária continua restrita, enquanto a política fiscal se expande

No início de maio, o banco central do Brasil elevou a taxa referencial em mais 100 bps, tornando a política monetária mais restritiva. A taxa Selic atingiu 12,75% e deve subir ainda mais na próxima reunião do banco central à medida que as expectativas de inflação do mercado continuam aumentando. Se espera que a taxa Selic se mantenha em 13,25% até ao início de 2023 e que caiga gradualmente durante o ano, quando os efeitos defasados dos recentes aumentos forem finalmente sentidos.

Os fortes preços das commodities apoiam os resultados fiscais no curto prazo. As receitas do petróleo, provenientes de royalties e dividendos, beneficiam tanto o governo federal quanto os governos estaduais, que apresentaram resultados orçamentários robustos em 2021 e no início de 2022. Enquanto a inflação impulsiona a arrecadação de impostos federais e estaduais, espera-se que os gastos públicos também aumentem em 2022, impulsionados por maiores gastos sociais com o novo programa Auxílio Brasil, reajustes nos salários dos funcionários públicos e maiores despesas discricionárias, resultando em uma postura fiscal expansionista em 2022. Aumentos permanentes nos gastos públicos representam uma ameaça às perspectivas fiscais no longo prazo, especialmente devido à regra mais fraca do teto de gastos. Além disso, os custos do serviço da dívida continuam a aumentar devido à política monetária mais restritiva.

O crescimento tem desacelerado em meio a riscos negativos significativos

Com a deterioração do sentimento econômico e o ambiente doméstico e global desafiador, as perspectivas de crescimento são limitadas em 2022 e 2023. Espera-se que o crescimento do PIB desacelere consideravelmente este ano, para 0,6%, antes de subir para 1,2% em 2023. Inflação, condições financeiras difíceis e incerteza limitam a demanda doméstica. Além disso, os rendimentos do trabalho não estão se recuperando rápido o suficiente para compensar os saques do apoio emergencial da pandemia e o aumento da inflação. A inflação deve começar a desacelerar no segundo trimestre de 2022, com uma política monetária mais restrita e a redução da incerteza após as eleições presidenciais, mas deverá aumentar de novo no início de 2023, com o embargo ao petróleo Russo da União Europeia. A inflação continuará elevada e não deve atingir sua meta no horizonte da projeção.

As eleições presidenciais de 2022 aumentam consideravelmente a incerteza, o que pode reduzir ainda mais o consumo e o investimento privados. O conflito prolongado na Europa pode continuar a aumentar o custo dos insumos agrícolas, como fertilizantes, restringindo muito a produção agrícola e as exportações. Uma restrição abrupta da política monetária nas economias avançadas pode levar à saída de capitais e à desvalorização da moeda, pressionando a inflação importada. A pressão crescente sobre a regra do teto de gastos nos próximos anos representa uma ameaça à estabilidade fiscal e financeira. No lado positivo, se os preços das commodities continuarem altos por mais tempo do que o esperado, as pressões fiscais podem diminuir no curto prazo e os termos de comércio podem melhorar.

São necessárias reformas ambiciosas para aumentar o crescimento e preservar as finanças públicas

Para proteger a sustentabilidade fiscal e evitar que as taxas de pobreza aumentem, o Brasil precisa de reformas ambiciosas que aumentem simultaneamente a produtividade e o emprego. Melhorar a eficiência do gasto público e fortalecer o quadro fiscal de médio prazo criaria espaço fiscal para investimento público produtivo e apoio social bem direcionado, além de fortalecer a confiança dos investidores. Transferências condicionais de renda que desaparecem apenas quando os trabalhadores recuperam o emprego fortaleceriam os incentivos para procura de emprego no setor formal. Reforçar as oportunidades de formação profissional facilitaria a reintegração dos desempregados de longo prazo e dos trabalhadores desanimados no mercado de trabalho. Por fim, leis para impedir o desmatamento ilegal precisam ser devidamente aplicadas para proteger os recursos naturais, como a floresta amazônica, que oferece subsistência sustentável para segmentos vulneráveis da população e está associada a níveis mais altos de chuvas. A forte dependência na energia hidrelétrica mostrou seus limites e, à medida que a sua demanda continua a aumentar, fontes renováveis alternativas precisam ser exploradas. As fontes eólica e solar apresentam um potencial inexplorado significativo no Brasil. Aumentar os investimentos em sistemas de transporte público urbano beneficiaria os trabalhadores de baixa renda e reduziriam a dependência de carros e a poluição do ar.



From:
OECD Economic Outlook, Volume 2022 Issue 1

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/62d0ca31-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2022), "Brasil", in *OECD Economic Outlook, Volume 2022 Issue 1*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/e7d4e64f-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.